

12ª Jornada Científica e Tecnológica

A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA ERA VARGAS

Kerollyn J. B. S. SILVA¹

RESUMO

A pesquisa busca apresentar a relação direta entre o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e a educação brasileira na Era Vargas. Para tanto, utilizou-se do recurso de revisão bibliográfica no intuito de conhecer o contexto econômico do país e as mudanças nas políticas educacionais explicitando a relação entre ambos. Na década de 1930 há o crescimento mais notável da indústria com Getúlio Vargas, havendo a criação do Ministério da Educação e Saúde e diversas mudanças legislativas na área educacional.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Capitalismo Industrial; Educação e Mão de Obra.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada pelo crescimento e consolidação do modo de produção capitalista. A deixa do corporativismo do Antigo Regime pela individualidade e liberdade da nova sociedade iluminista que se ergueu, causou enormes transformações em todos os âmbitos da sociedade, sendo a dialética entre liberdade e igualitarismo inerente à pós-modernidade.

No novo contexto, a educação, sob a perspectiva da igualdade, adquire a função de equalizar as oportunidades e formar cidadãos. Entretanto, o interesse da burguesia em educar a massa da população está longe dessa finalidade. Com o desenvolvimento de técnicas e novas máquinas para a produção, necessitava-se do operariado apto para o seu trabalho, dessa forma, como os pobres não conseguiam custear seus estudos, a escola pública posteriormente é aberta.

Seguindo a demanda das fábricas, o contexto escolar familiariza-se com o fabril, dispondo também da maior carga horária dos conteúdos de língua portuguesa e matemática, essências para a compreensão de qualquer manual de instruções. A pedagogia tradicional amplamente utilizada exerce o papel fundamental em disciplinar as massas, tornando-as nada mais que trabalhadores alienados e sem capacidade crítica da sua própria realidade. Portanto, compreender a relação modo de produção e educação é entender a finalidade educacional.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, para tanto, os materiais utilizados foram principalmente livros e artigos publicados impressos ou on-line que pudessem contribuir para a temática. Buscou-se também, além de autores que tratassem do capitalismo industrial e da

¹Aluna, IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes. Email: kerollynnjuliaa@hotmail.com

educação, por leis, decretos e pelas constituições federais brasileiras para que explicitar os objetivos da legislação quanto à educação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O novo modo de produção que se consolidou na Europa pela Revolução Francesa (1789) tem como condição fundamental a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho (MARX, 2013), originando a classe dona dos meios de produção e a classe vendedora de sua força de trabalho,

É o capital que Marx chamou de “industrial”, mas que não se refere só à indústria, e sim a toda e qualquer atividade produtiva de mercadorias – pode ser a agricultura, a pecuária, a extração de minas etc. Ou seja, trata das esferas de produção nas quais capitalistas contratam trabalhadores assalariados e, a partir de seu trabalho, obtêm um excedente econômico (GRESPLAN, 2015, p.86).

Na história brasileira, observa-se que o modo de produção escravo esteve presente até o fim do século XIX, sendo totalmente proibido apenas com a Lei Áurea (1888), apesar de tentativas anteriores como a Lei do Ventre Livre (1871). Dessa forma, o capitalismo industrial tardou a consolidar-se no Brasil, como descreve Otaíza Romanelli (1986, p.60), a Revolução de 30, resultado de uma crise que vinha de longe destruindo o monopólio do poder pelas velhas oligarquias, favoreceu a criação de algumas condições básicas para a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil.

A economia brasileira do início do século XX era mantida pelo setor agrícola com grande exportação de café, a população vivia do trabalho de subsistência com formas arcaicas de produção. Dessa forma, o nível de analfabetismo era alto, considerando-se a dificuldade da chegada da escola ao meio rural, no qual encontrava-se a maior parte da população. Além disso, havia o desinteresse por parte desta em escolarizar-se já que, as expectativas de melhoria de vida eram rasas. Aliando-se ao exposto, não era de interesse governamental levar o ensino ao povo, já que, dadas as condições em que encontrava-se, não seria vantajoso financeiramente custear este sistema educativo, pois tal educação não levaria ao retorno do investimento.

Já na década de 30, com Getúlio Vargas no poder, inicia-se o processo de industrialização do Brasil com forte intervenção do Estado, apostando também na política de substituição de importações, assim,

[...] É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. Mas, assim como a expansão capitalista não se fez por todo território nacional e de forma mais ou menos homogênea, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de produção capitalista (ROMANELLI, 1986, p.60).

Assim sendo, cria-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, a educação, agora, passou a ser reconhecida como de responsabilidade nacional. Na tentativa de construção de um sistema educativo eficaz para as demandas da mudança, é previsto pela Constituição Federal de 16 de Julho de 1934, Artigo 150 “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (BRASIL,1934). Além disso, também há a garantia de educação para todos bem como sua gratuidade. Em relação aos investimentos a Constituição também prevê mudanças com a colaboração dos municípios, estados e união: Art 156 “A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos”. (BRASIL,1934).

Refletindo as adequações necessárias à nova fase atravessada desde então pelo país, com o advento do Estado Novo (1937/1945), quando o Ministério da Educação e Saúde já era ocupado por Gustavo Capanema, desde o ano de 1934, abriu-se um novo conjunto de reformas educativas, que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema. Entre os objetivos explicitados por esta nova ordenação jurídica e administrativa (Estado Novo), estavam as perspectivas de ordenamento da educação, a definição de competências entre os diferentes estratos de governo (Municípios, Estados e União), a articulação entre os diferentes ramos de ensino e a implantação de uma rede de ensino profissionalizante (CUNHA, 1981, p.122).

Na década de 1940 a economia encontrava dificuldades devido ao contexto da Segunda Guerra Mundial. Torna-se mais difícil o processo de importações, esse fato impulsiona a industrialização brasileira. Romanelli (1983, p.155) descreve que a guerra funcionou como mecanismo de contenção da exportação de mão de obra dos países europeus para o Brasil, portanto, há a necessidade de preparação desta nacionalmente. Entretanto, o país não possuía a infraestrutura e recursos necessários para a oferta de uma educação profissional, desse modo, a solução encontrada foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) pelo Decreto-lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942 em convênio com a Confederação Nacional das Industrias. O Senai era destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país através dos cursos de aprendizagem curtos. Além disso, havia o objetivo de preparar os aprendizes menores dos estabelecimentos industriais com formação continuada. Com estrutura idêntica é criado, em 1946, o Senac –Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-conveniado a Confederação Nacional do Comércio.

As Leis Orgânicas que estruturam o ensino técnico-profissional começaram a ser

promulgadas em 1942, esses decretos-lei organizaram tal ensino nas três áreas da economia (ROMANELLI, 1986). O decreto-lei 9.613, do fim do Estado Novo em 1946, chamado Lei Orgânica do ensino Agrícola define em seu Art 67 que “I- O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados” e que “IV- As escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais a cujos aprendizes se destinam, ou na sua proximidade.”. Tais definições revelam a preocupação governamental de engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal e da impossibilidade do Estado de realocar recursos para prepara-la adequadamente (ROMANELLI, 1986).

4. CONCLUSÕES

Quando Getúlio Vargas chega ao poder é posto em prática a política de substituição de importações a fim de industrializar o país. Mudanças constitucionais são realizadas em relação ao investimento e organização do ensino, posteriormente, com o problema de importação de mão de obra pela guerra, os esforços voltam-se para o ensino técnico- profissionalizante havendo a criação do Senac e Senai. Nota-se pela legislação educacional a tentativa governamental de elevar o nível de escolaridade da população em geral devido às necessidades do desenvolvimento industrial ocasionado no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, Autores 1986.Associados, 1986.

DECRETO-LEI 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

GRESPLAN, Jorge. **Crítica da Economia Política, por Karl Marx**. In: NETTO, José Paulo (org.). Curso Livre.Marx e Engels: a criação destruidora. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. (p.84-97)

MARX, Karl. **A Assim Chamada Acumulação Primitiva**. In: O Capital: crítica da economia política Tradução de Rubens Enderle. 16º ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8º ed. Petrópolis: Vozes, 1986.